

Estendendo a nação para além do Estado

Uma análise da recente política de aproximação do Estado Mexicano à diáspora mexicana nos Estados Unidos

Trabalho apresentado na disciplina *Economia Política da Globalização*, ministrada pelo Professor Renato Boschi, no Primeiro Semestre de 2007, na Universidade Federal de Minas Gerais. Aluna Maya Mitre (Programa de doutorado em Ciência Política/UFMG).

I

Como é sabido, os pachucos são grupos de jovens, geralmente de origem mexicana, que vivem nas cidades do sul [dos Estados Unidos] e que se singularizam tanto por sua vestimenta quanto por sua conduta e linguagem. (...) O pachuco não quer voltar a sua origem mexicana; tampouco – ao menos aparentemente – deseja fundir-se à vida norte-americana (...) [Ele] nega a sociedade de sua procedência e também a norte-americana.

As palavras do escritor Octavio Paz revelam uma dimensão da problemática existência do imigrante mexicano nos Estados Unidos dos anos 1950, o qual, negando simultaneamente seu passado e presente, erguia sua identidade num vazio. Seria um engano, contudo, atribuir o desapego do *pachuco* tanto por suas origens quanto por sua nova pátria a uma espécie de arrogância unilateral. Segundo Østergaard-Nielsen (2001:221), é comum que grupos de imigrantes construam uma identificação positiva com sua pátria de origem¹, em conseqüência da discriminação sofrida na sociedade hospedeira. O *pachuco*, no entanto, não poderia reagir desta forma. Sofrendo uma marginalização bilateral ou de duas frentes, era considerado “mexicano demais pelos americanos e *agringado* demais pelos mexicanos” (Shorris *Apud.* SHAIN, 1999:678).

Entre os anos 1930 e 1960, *pocho*, sinônimo de *pachuco*, tornou-se a equivalente no México do termo Mexican-American. Mas, diferentemente do termo em inglês, *pocho* possui uma conotação explicitamente desrespeitosa, significando, originalmente, “aquilo ou aquele que está deteriorado” (González Gutiérrez, 1999:5)². No cinema, na literatura, e no imaginário popular, o *pocho* representava sempre o indivíduo que não só abandonara suas origens, como também fizera questão de esquecê-las.

As manifestações literárias e cinematográficas a respeito do tema dos imigrantes mexicanos nos Estados Unidos não são, contudo, o objeto desta reflexão. Atentando para as recentes mudanças no uso do conceito de diáspora (Østergaard-Nielsen, 2001), assim como para os fenômenos de desterritorialização da cidadania e do Estado-Nação

¹ A palavra utilizada por Østergaard-Nielsen é *homeland*, a qual me parece mais adequada, no contexto dessa discussão, que *pátria de origem*.

² Nas palavras de González Gutiérrez: “too ripe, spoiled”.

(Bauböck, 2005; Kearney, 1995), meu objetivo é analisar a recente mudança de postura do Estado mexicano com relação à comunidade de imigrantes de origem mexicana nos Estados Unidos.

A tese aqui defendida é a de que a substituição do “modelo de desenvolvimento para dentro”, adotado pelo Partido Revolucionário Institucional (PRI) até o início dos anos 1980, por políticas econômicas neoliberais (Portes, 1997), e o fim do regime de “monopartidarismo *de facto*” (Fourcarde-Gourinchas; Babb, 2002:558), foram acompanhadas por uma reviravolta na postura do Estado mexicano com relação aos imigrantes de origem mexicana nos Estados Unidos. A abertura do México às “forças da globalização”, somada ao aumento da prosperidade econômica dos *Mexican-Americans*, estariam levando a histórica dependência do México com relação aos Estados Unidos para uma nova etapa, na qual a diáspora mexicana neste país ganha um papel fundamental – não só como mediadora nas negociações entre os dois governos, mas também como interventora direta em assuntos da pátria de origem. Nesse contexto, é estratégica a redefinição oficial do México como uma “nação global” (Shain, 1999:691).

A importância do Estado na criação e consolidação do sentimento de nação no interior de seu território é amplamente reconhecida na literatura (Carvalho, 1999). A tentativa do Estado de mobilizar lealdades para além de suas fronteiras é, contudo, um fenômeno mais recente, o qual evoca o conceito de diáspora. O conceito de *diáspora*, originalmente usado em referência a grupos de indivíduos que, por sofrerem algum tipo de perseguição em sua pátria de origem, são obrigados a deixá-la por tempo indeterminado, vem sofrendo um notável alargamento, levando a uma situação na qual se torna possível falar tanto em *victim* quanto em *labour* ou *trade diasporas* (Cohen

Apud Østergaard-Nielsen, 2001:221). É necessário, todavia, algum critério no emprego do termo.

Para Soysal (2000:3), o grande problema em se utilizar o termo “diáspora” é que ele ignora, em sua essência, um processo mais amplo, a saber, “a contingência histórica do estado-nação, da identidade e da comunidade”. Em outras palavras, o conceito teria se tornado obsoleto face aos desafios que o Estado-Nação vem sofrendo na era da globalização. Kearney (1995:553) não chega a considerar “diáspora” um conceito ultrapassado, mas insiste em diferenciá-lo de “Estado-Nação desterritorializado”. Para ele, enquanto “diáspora” faz referência a um “povo [que] se imagina como uma nação fora da pátria de origem”, “Estado-Nação desterritorializado” remete a um grupo de indivíduos que, onde quer que esteja, “nunca está vivendo fora do Estado”.

Com base na terminologia de Kearney, seria possível interpretar as políticas do Estado mexicano de aproximação às comunidades de *Mexican-Americans* como uma estratégia oficial de “desterritorialização”. Por outro lado, é importante atentar para o fato de que o próprio Estado mexicano tem se valido do termo diáspora para se referir aos imigrantes mexicanos nos Estados Unidos, o que sugere uma consciência do simbolismo contido no mesmo.

Para González Gutierrez (1999:3), Estados-Nação são capazes de promover “identidades diaspóricas” – isto é, um forte sentimento de pertença à pátria de origem – entre seus cidadãos expatriados. Nesse sentido, por mais que os próprios *Mexican-Americans* não tenham se organizado, originalmente, com base na idéia de um “povo disperso” ou desenraizado, o Estado mexicano tem trabalhado para difundir entre esse segmento um sentimento de *mexicanidad from abroad*. Como sugere Østergaard-Nielsen (2001:221), a identificação de uma diáspora com sua “pátria de origem” é um processo fluido e aberto a mudanças. Portanto, a substituição de ressentimentos

recíprocos por parcerias, e a ampliação da “comunidade imaginada” para além do território do Estado, dependem basicamente de vontade política e de interesses convergentes.

II

É possível afirmar que, pelo menos até o fim da década de 1970, o Estado mexicano alternou entre atitudes de indiferença e desprezo com relação à diáspora mexicana nos Estados Unidos. Agindo, por vezes, como uma “mãe que abandona os filhos e não quer mais saber deles” (González Gutiérrez, 1999:5), os sucessivos governos do PRI fizeram questão de adotar, com relação aos mexicanos no exterior, a “política de não ter política alguma” (Garcia y Griego *Apud* Goldring, 2002:65). Na interpretação de Shain (1999:669), o Estado mexicano pecou não apenas pela omissão, mas também por caracterizar os *Mexican-Americans* como “desertores, que abandonaram sua terra natal empobrecida em troca dos confortos do capitalismo norte-americano”. Nessa linha de interpretação, o Estado mexicano teria contribuído para difundir (ou ao menos não teria feito nada para conter) a idéia de que os mexicanos que obtinham a cidadania norte-americana tornavam-se, oficialmente, “colaboradores do inimigo” e “traidores”. O depoimento de Richard Rodriguez (*Apud* Shain, 1999:670) sobre o dilema moral vivido pelo seu pai ao decidir pleitear a cidadania norte-americana revela bem esse sentimento, difundido entre os próprios imigrantes:

He told no one, none of his friends, those men with whom he had come to this country looking for work. American citizenship would have seemed a betrayal of Mexico, a sin against memory. One afternoon, like a man with something to hide, my father slipped away. He went downtown to the Federal Building in Sacramento and disappeared into America.

A indiferença e/ou rejeição do Estado mexicano com relação à diáspora em questão não devem, contudo, ser abstraídas do contexto em que emergiram, sob pena de se prejudicar a imparcialidade da análise. Faz-se necessário, então, conhecer, em

primeiro lugar, um pouco da história do México, atentando para a forma como se desenvolveram as relações deste país com seu poderoso vizinho do Norte.

Logo após tornar-se independente da Espanha, em 1821, o México passou a enfrentar uma nova ameaça a sua soberania: o imperialismo norte-americano. Após a traumática perda de quase metade de seu território para os Estados Unidos (1846-1848), o México desenvolveu um sentimento nacionalista “defensivo e antiamericano” (Gonzalez Gutierrez, 1999:17), ao invés de antiespanhol, assim como uma cultura de resistência e ressentimento com relação às depredações sofridas (Smith, 2000:106).

O furor “anexionista” do *Coloso del Norte* – termo usado no México em referência aos Estados Unidos (Shain, 1999:684) – foi substituído, em 1848, por uma estratégia de “hegemonia imperial transnacional” (Gonzalez e Fernandez, 2002). Com o apoio das elites mexicanas, representadas pelo ditador Porfírio Diaz,³ capitalistas estadunidenses passaram a investir massivamente na construção de ferrovias, criação de gado, produção de algodão e mineração no México, assumindo um controle significativo da indústria e recursos naturais deste país. Segundo Shain (1999:673), em 1910, os estrangeiros, em sua maioria norte-americanos, eram donos de um sétimo das terras mexicanas, o que criou uma forte relação de dependência econômica e política do México com relação aos Estados Unidos, assim como um “excedente populacional migratório” no primeiro país (Gonzalez e Fernandez, 2002).

A Revolução Mexicana (1910-1917), que destruiu a ditadura de Porfírio Diaz e sua ordem oligárquica, promovendo uma autêntica revolução social, reacendeu as esperanças de um México soberano. O espírito da revolução institucionalizou-se com a criação, em 1929, do Partido Revolucionário Institucional (originalmente chamado de

³ Era Diaz quem, omitindo sua parceria com as elites norte-americanas, costumava dizer: “Pobre México: tão longe de Deus, e tão perto dos Estados Unidos”.

Partido Nacional Revolucionário), o qual veio a marcar para sempre a história do México.

É importante destacar que a Revolução contribuiu para difundir e exacerbar, nacionalmente, a aversão aos Estados Unidos. Segundo o relato de um cônsul norte-americano, o sentimento antiamericano no México dos anos 1910 era “quase universal, existindo tanto entre os ricos, quanto entre os pobres”. Outro cônsul, da mesma época, corrobora essa impressão ao declarar que, segundo “estimativas conservadoras”, 95% dos habitantes de seu distrito não simpatizavam com os Estados Unidos (Smith, 2000:105).

O Partido Revolucionário Institucional (PRI), sensível a esse humor coletivo, e ao fato de que, naquele contexto, “um movimento nacionalista em busca de justiça social teria que ser, por definição, antiamericano” (Smith, 2000:106), subiu ao poder hasteando as bandeiras da soberania nacional e do antiintervencionismo. No plano da política externa, por exemplo, o PRI fez questão de se declarar independente (Shain, 1999:677), o que, em tese, representava sua prontidão para ficar ao lado dos países do Terceiro Mundo caso entrassem em confronto com os Estados Unidos. O presidente José López Portillo (1976-1982), em plena Guerra Fria, chegou ao ponto de apoiar os revolucionários Sandinistas da Nicarágua e a retirar o reconhecimento diplomático do regime de Somoza, interferindo diretamente no chamado “quintal norte-americano” (Smith, 2000:212). Já no plano econômico, o partido adotou, a partir dos anos 1950, as diretrizes cepalinas, promovendo o desenvolvimento industrial através do planejamento estatal, do protecionismo e da substituição de importações (Portes, 1997:244; Smith, 2000:208).

Nesse ponto, é preciso lembrar que, apesar de alardear sua autonomia, o PRI manteve-se consciente de sua dependência frente aos Estados Unidos. Nesse sentido,

continuou a “trabalhar em parceria” com este, mesmo que secretamente, a fim de garantir a manutenção de sua dinastia (Leiken, 20002). De fato, uma vez que a revolução se consolidou, os investimentos norte-americanos no México aumentaram significativamente (Gonzáles e Fernandez, 2002), assim como o fluxo de imigrantes deste país para os Estados Unidos.

O reconhecimento, pelo PRI, da necessidade de manter boas relações com seu vizinho do Norte não significava, no entanto, assumir a importância da diáspora mexicana nos Estados Unidos. Ao contrário, a exaltação de *lo mexicano*, promovida pelo partido, excluía deliberadamente os *pachucos*, vistos como pessoas fracas, que “abriram mão do sonho nacional” (Shain, 1999:690). É importante ressaltar, contudo, que o “nacionalismo excludente” do PRI pôde ser mantido durante tanto tempo não apenas devido às feridas de um passado recente, mas principalmente devido à enorme legitimidade que o partido possuía dentro do território nacional, e até mesmo externamente.

III

O ano de 1929 representou o início de uma era de 71 anos de hegemonia do PRI, conhecido como o “partido oficial”. De fato, de 1929 a 2000 o PRI ganhou todas as eleições presidenciais e manteve a maioria em ambas as casas do Congresso. Na esfera estadual, veio a perder sua primeira eleição para governador somente em 1989.

O monopartidarismo mexicano ou a *dictablanda* (ditadura branda) do PRI sustentaram-se por tanto tempo, com baixos índices de oposição, devido a uma conjunção de fatores, entre os quais podemos citar a combinação entre um poder executivo forte e centralizador, um legislativo submisso e um judiciário fraco, o clientelismo e o corporativismo do PRI, caracterizados pela incorporação no partido de

vários setores populares e camponeses, e a existência de um pluralismo político formal, que reforçava a aparência da democracia (Fourcade-Gourinchas; Babb, 2002:557-559).

A estabilidade do PRI começou a ser colocada em cheque a partir dos anos 1960, como consequência das próprias políticas de modernização do partido, associadas a mudanças no contexto da economia global. A rápida urbanização,⁴ o aumento proporcional da classe média mexicana e a diferenciação das estruturas sociais e econômicas contribuíram para o surgimento de novos grupos sociais, cujas demandas e interesses não encontravam espaço nos tradicionais canais institucionais. Como mostra Portes (1997:243), o mesmo modelo de substituição de importações que permitiu ao governo mexicano “manter um sistema de legitimidade baseado em concessões seletivas e em patronagem” acabou por drenar seus recursos no longo prazo e, com eles, as possibilidades de manter o antigo *trade-off* entre legitimidade e controle, através da cooptação da oposição e do apaziguamento de conflitos sociais.

O recurso intermitente a políticas populistas, associado ao declínio da economia mundial e à crise da dívida que varreu a América Latina no início dos anos 1980, culminaram, durante a administração de López Portillo (1976-1982), no descontrole da inflação e no aumento da dívida externa. Em um ato de desespero, o governo nacionalizou o sistema bancário, provocando a fúria dos setores financeiros e comerciais e alienando amplos segmentos da classe média (Smith, 2000:250-253). Quando De la Madrid subiu ao poder (1982-1988), a magnitude da crise econômica forçou o governo a implementar cortes no orçamento e a substituir definitivamente o antigo modelo de desenvolvimento pelas diretrizes neoliberais prescritas no “Consenso de Washington”, tais como a privatização de estatais, a redução dos subsídios às indústrias domésticas e das tarifas alfandegárias, a abertura dos mercados e a

⁴ Quando o PRI subiu ao poder, 70% da população do México vivia em áreas rurais. Esse percentual caiu para 40% em menos de quatro décadas.

diminuição em geral do papel do Estado na economia (Smith, 2000:255-256). As reformas econômicas neoliberais atingiram o ápice na administração de Salinas de Gortari (1988-1994), quando o México uniu-se ao Canadá e aos EUA no Tratado de Livre Comércio da América do Norte (NAFTA), passando a depender dos “fluxos de investimento de capital externo” (Portes, 1997:244).

A substituição repentina de um populismo pródigo, sustentado pelo amplo acesso, na década de 1970, a empréstimos internacionais, por um modelo capitalista de livre mercado (Fourcade-Gourinchas; Babb, 2002:558-9) levou o PRI a se fragmentar e a perder parte de sua tradicional base de apoio (Craig; Cornelius, 1995:253). Em harmonia com o novo regime de livre mercado e com a crescente aproximação econômica com o Norte, o partido passou, então, a voltar sua atenção para a diáspora mexicana nos Estados Unidos. Contribuíram para essa reviravolta a melhoria da posição econômica da dita diáspora e o reconhecimento de sua importância como mercado consumidor de produtos mexicanos, como investidor e fonte de remessas para o México e como potencial mediador nas negociações entre esse país e os Estados Unidos (González Gutierrez, 1999; Shain, 1999; Golding, 2002).

IV

O “novo status” dos *Mexican-Americans* no México começou a ficar mais evidente durante a campanha presidencial de 1988, quando Salinas de Gortari, do PRI, e Cuauhtémoc Cárdenas, do PRD, viajaram para os Estados Unidos em busca do apoio da diáspora (Shain, 1999:683). Ciente do fato de que, estando nos Estados Unidos, os imigrantes mexicanos não poderiam votar, o candidato da oposição chegou a pedir que retornassem durante o período das eleições, ou que, ao menos, tentassem influenciar o voto de familiares e amigos no México (Fitzgerald, 2000:21). A fim de obter a adesão desses potenciais eleitores e/ou formadores de opinião, Cárdenas também insistiu que

eles faziam, inevitavelmente, parte da oposição, posto que, ao emigrar, haviam “votado com seus pés” contra o PRI (Dresser *Apud* Fitzgerald, 2000:21).

Apesar do estrondoso sucesso da campanha de Cárdenas, e das acusações de fraude eleitoral (Shain, 1999:683), foi Salinas de Gortari quem subiu ao poder em 1988, herdando a incumbência de levar à frente as negociações do NAFTA e a estratégia de *acercamiento* ou aproximação com a diáspora mexicana nos Estados Unidos.

Segundo Smith (2000:261), o interesse do PRI pelo NAFTA baseava-se, fundamentalmente, na esperança de que o tratado poderia aliviar a pobreza no país e, desta forma, reduzir a tensão social e fortalecer novamente o regime político. Em termos mais específicos, o governo mexicano enxergava o tratado como uma importante arma para consolidar as reformas econômicas e combater os efeitos da crise da década de 1980 – atraindo investimentos, estimulando o emprego e fornecendo oportunidades para os cerca de um milhão de mexicanos que entravam no mercado de trabalho a cada ano. O partido também acreditava que o NAFTA poderia contribuir para sua aceitação internacional e para aumentar a influência do México sobre os países latino-americanos.

Durante as negociações do NAFTA, em 1991, o governo de Salinas de Gortari iniciou uma campanha para solicitar o apoio, sob a forma de lobby político, dos *Mexican-Americans* (Cano; Delano, 2007:31). Segundo Østergaard-Nielsen (2001:223-224), uma das dimensões mais importantes da chamada *diaspora politics* está na capacidade da diáspora de introduzir temas do interesse de seu país de origem na agenda política do país hospedeiro. No caso específico do NAFTA, membros do Congresso norte-americano e formadores de opinião de origem hispânica “tiveram um papel essencial (...) para conseguir apoio para o acordo”, contribuindo para fazer umas das “mais elaboradas e mais caras campanhas de lobby já conduzidas em Washington em prol de um interesse estrangeiro” (Shain, 1999:683). O sucesso do lobby pró-NAFTA

trouxe à tona, entretanto, o fato de que o México precisava muito mais de sua diáspora que esta dele.

De fato, em consequência do *Immigration Reform Act* (IRCA) de 1986, cerca de três milhões de mexicanos foram naturalizados norte-americanos. Isso aumentou significativamente o contingente de pessoas de origem mexicana que detinham uma posição estável nos Estados Unidos (Goldring, 2002:12) e facilitou ainda mais o acesso dos *Mexican-Americans* aos canais de participação política, como mostra o trecho abaixo:

Mexican-American leaders began to take advantage of their newfound power and have used their positions to defend community interests, resulting in a reduction in discrimination and the expansion of educational, employment, and political opportunities for Mexican Americans. Today, 150 years after half of Mexico's territory was annexed by the United States, Mexican Americans are being incorporated into mainstream American institutions like European immigrants before them (Shain, 1999:680).

As recentes melhorias na adaptação dos imigrantes mexicanos à sociedade norte-americana refletem-se também no aumento do poderio econômico desta população. Para o governo mexicano da era pós-NAFTA, isso significa basicamente duas coisas: a possibilidade de conseguir mercado nos Estados Unidos para os produtos nacionais (González Gutiérrez, 1999:2) e o aumento dos investimentos e remessas de dinheiro para o México.

Diversos autores já atentaram para a importância das remessas financeiras dos imigrantes para a economia dos países menos desenvolvidos. No caso específico das quantias enviadas por diásporas estabelecidas nos Estados Unidos, elas têm sido consideradas como o fator mais decisivo da economia dos países de origem. Segundo a Enciclopédia da América Latina e do Caribe, os países dessas regiões “devem receber, durante a primeira década do século XXI, cerca de US\$ 400 bilhões com as remessas de dólares por trabalhadores emigrantes residentes nos Estados Unidos”. No caso

específico do México, acredita-se que 6 a 7 milhões de mexicanos vivendo nos Estados Unidos enviem, a cada ano, cerca de 8 bilhões de dólares para cerca de 1,1 milhões de famílias (Goldring, 2002:62). Se tal estimativa estiver correta, as remessas de dólares dos imigrantes corresponderiam a 50% de todo o investimento externo no México (Acosta *Apud* Fitzgerald, 2000:19).

Em 1993, com o objetivo de incentivar o envio de remessas – e, segundo algumas interpretações, cooptar membros da diáspora – a administração de Salinas de Gortari lançou o famoso programa *Dos por Uno*, como parte do Projeto *Solidaridad Internacional*. Através do mesmo, a cada dólar enviado por um *hometown club*⁵ para melhorar sua comunidade de origem no México eram somados dois – um doado pelo governo federal e o outro pelo Estado em questão (Goldring, 2002:58). Apesar da breve duração do programa, ele serviu para fortalecer a relação do governo federal mexicano com muitas destas associações e para comprovar a disposição dos *Mexican-Americans* de contribuir para o desenvolvimento de seu país de origem.

Contudo, as remessas nem sempre representam, para os governos dos países para onde se dirigem, um custo zero, sendo por vezes usadas pelos imigrantes para negociar demandas de participação política em sua comunidade de origem. Afinal, como argumentam alguns, as remessas e os investimentos em obras públicas são um sinal de preocupação e envolvimento dos imigrantes com a comunidade de origem, que deve ser retribuído com o acesso a formas extraterritoriais de cidadania, inclusive o voto (Fitzgerald, 2002:19).

V

Devido ao aumento dos volumes migratórios no mundo e a outros processos decorrentes da globalização, tais como a reconfiguração do poder político em nível

⁵ Os *hometown clubs* são comunidades organizadas de imigrantes mexicanos nos Estados Unidos.

internacional, as fronteiras da cidadania democrática e o próprio conceito de pertença à nação estão tendo que ser repensados (Kearney, 1995; Held; McGrew, 2000; Soysal, 2000). Seguindo essa tendência, cada vez mais Estados têm redefinido sua concepção de pertença à nação, a fim de incluir nela aqueles que estão “fora de seu território – mesmo que jamais tenham residido ou querido residir nele, ou que tenham cidadania de outro país” (Shain, 1999:663).

Segundo Baumböck, desde a década de 1970, muitos dos chamados “países de envio”⁶ têm mudado radicalmente sua atitude com relação aos emigrantes (2005:1-2). Nesse grupo, o México ocupa uma posição de destaque. Afinal, o país que há pouco tempo ignorava e/ou rejeitava seus filhos no exterior aprovou uma lei, em 1998, permitindo que emigrantes retivessem a nacionalidade mexicana ao se naturalizarem norte-americanos. Antes disso, em 1994, as representações diplomáticas mexicanas nos Estados Unidos já incentivam os *Mexican-Americans* a tentar a naturalização, a fim de se protegerem dos efeitos da “histeria anti-imigrante”, tais como a *Proposition 187*, da Califórnia (Goldring, 2002:66).

A possibilidade de obtenção da dupla cidadania é interessante na medida em que põe em cheque o preceito tradicional da lealdade exclusiva a um único Estado (Soysal, 2000:6). Segundo Østergaard-Nielsen, diferentemente de outros atores não estatais, as diásporas são complexas porque trazem à tona os problemas da lealdade dividida (2001:219). Nos recentes debates sobre o tema, o artigo de Samuel Huntington, *The Hispanic Challenge*, tornou-se uma referência controversa. Nele, o autor alerta, em tom alarmista, para os riscos que o crescimento da diáspora hispânica nos Estados Unidos, aliado à difusão do valores do multiculturalismo e da diversidade, representam para a tradicional identidade norte-americana e para a lealdade ao país. Para o autor, a

⁶Em inglês, *sending countries*: países com grande contingentes de emigrantes.

integridade da identidade dos Estados Unidos, assim como a de outros Estados-Nação, estaria sendo “desafiada pelas forças da globalização” (2003:2).

Ao ler o artigo de Huntington, González Gutiérrez (1999:9) provavelmente argumentaria que tais receios são infundados, posto que os imigrantes de origem mexicana, os quais compõem a grande maioria dos hispânicos nos Estados Unidos, expressam claramente o “desejo de se integrar à sociedade norte-americana”. Soma-se a isso o fato de o próprio Estado mexicano não ter interesse em cultivar o sentimento antiamericano no interior da diáspora; ao contrário, as políticas de *acercamiento* foram formuladas com o propósito explícito de incentivar a lealdade dos mexicanos *também* aos Estados Unidos e sua integração à sociedade hospedeira.

Nas discussões sobre cidadania e territorialidade, a questão eleitoral consiste em um capítulo à parte. Segundo Bauböck (2005:1-2), tradicionalmente, nos Estados liberal-democráticos, direitos civis e sociais foram formalmente garantidos aos indivíduos independentemente de seu status formal de cidadania. Até recentemente, contudo, o mesmo não se aplicava aos direitos eleitorais, sendo os mesmos prerrogativas dos cidadãos residentes. Muitos governos, contudo, inclusive o brasileiro, têm aberto possibilidades de participação eleitoral para seus cidadãos expatriados, através de recursos como o voto em consulados e embaixadas, o voto por correio, ou o incentivo para que retornem no dia das eleições (Østergaard-Nielsen, 2001:226). Países como a França, Itália, Portugal e Colômbia chegaram a reservar assentos no parlamento para serem preenchidos exclusivamente através dos votos dos expatriados, num esquema de representação especial (Baumböck, 2005:1).

No caso específico do México, o Instituto Federal Eleitoral chegou à conclusão, em 1998, de que os custos para se permitir o voto de cidadãos não-residentes seria pequeno e que, portanto, não faria sentido impedi-lo. Em 1999, contudo, a lei que

abriria tal possibilidade foi barrada no senado (Goldring, 2002:68). Como mostra o trecho abaixo, retirado do *site* de uma ONG, tal proibição, que permanece em vigor até os dias de hoje, não agrada à maioria. Logo, caso o Estado mexicano queira garantir, no longo prazo, os laços estabelecidos através do *acercamiento*, terá também que repensar a referida proibição.

*The remittances of money that U.S. residents send to Mexico, an amount that surpasses the income generated by tourism, mean that the group that is contributing the most to the Mexican economy can't vote in its elections. After years of promises, Mexican migrants are demanding the right to choose who is in control of their money.*⁷

VI

É preciso reconhecer que, a partir da década de 1990, o Estado mexicano tem feito um esforço sistemático para se redimir da negligência (e até desdém) com que tratou, no passado, a comunidade dos imigrantes mexicanos nos Estados. Nesse contexto de reaproximação e de construção da idéia de um México transnacional, o uso do termo diáspora tem tido um papel fundamental.

Seguindo as diretrizes da política de *acercamiento*, o governo mexicano envia, todo verão, aproximadamente 250 professores mexicanos para reduzir o déficit de professores bilíngües nas escolas norte-americanas, financia a alfabetização de filhos de imigrantes mexicanos em língua espanhola, doa centenas de milhares de livros em espanhol para as escolas e bibliotecas norte-americanas, além de promover, através dos consulados, campanhas informativas sobre celebrações e feriados cívicos no México (González Gutiérrez, 1999). Além disso, criou, em 2000, o *Instituto de los Mexicanos en el exterior*,⁸ cujo lema, *Auque estes lejos, estamos contigo*, demonstra a intenção de se criar uma “comunidade imaginada para além das fronteiras do Estado”.

⁷ http://news.pacificnews.org/news/view_article.html?article_id=a292587555fa3c0558a243f105b9a30d

⁸ <http://www.ime.gob.mx/>

Na literatura contemporânea, muita ênfase tem sido dada à maneira como as diásporas se relacionam com seu país hospedeiro e como elas se mobilizam no sentido de realizar ações coletivas transnacionais. Mas pouco tem sido falado a respeito das novas estratégias dos chamados “países de envio” para lidar com sua crescente dependência política e econômica com relação tanto a suas diásporas quanto aos países hospedeiros das mesmas. Esse trabalho procurou superar esses problemas através do estudo de um caso específico: o do México.

A tese aqui defendida foi a de que a adoção por parte do México, a partir dos anos 1980, de uma política econômica neoliberal, e o fim da “era PRI”, teriam levado esse país a reconhecer a importância de manter boas relações com a diáspora mexicana nos Estados Unidos. Nesse contexto, repensar a questão da cidadania e da territorialidade, e abrir-se à possibilidade não apenas de se “imaginar”, mas também de concretizar uma nação para além das fronteiras do Estado, passaram a ser fundamentais.

Referências bibliográficas

- BAUBÖCK, Reiner (October 2005). "Expansive Citizenship. Voting beyond territory and membership". PS Online. www.apsanet.org. Consultado em 30/3/2007.
- CANO, Gustavo; DELANO, Alexandra (2007), The Mexican Government and Organised Mexican Immigrants in the United States: a Historical Analysis of Political Transnationalism, 1848-2005. Working Paper 148, The Center for Comparative Immigration Studies University of California. www.ime.gob.mx/investigaciones/bibliografias/delano_cano1.pdf. Consultado em 30/6/2007.
- CARVALHO, José Murilo de (1999), Brasil: nações imaginadas. In: _____. *Pontos e bordados*. Escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG.
- CRAIG, A. L.; CORNELIUS, W. A. (1995), Houses divided: parties and political reform in Mexico. MAINWARING, S.; SCULLY, T. (Ed.), Building Democratic Institutions: Party systems in Latin America, Stanford: Stanford University Press.
- FITZGERALD, David (2000), Negotiating Extra-territorial Citizenship. Mexican Migration and Transnational Politics of Community. CCIC Monograph n. 2. Center for U.S.-Mexico Studies. University of California, S. Diego, La Jolla.
- FOURCADE-GOURINCHAS, M.; BABB, S. (2002), "The Rebirth of the Liberal Creed: Neoliberal Transitions in England, France, Mexico and Chile". *American Journal of Sociology*, v. 108, nº 3, pp. 553-579.
- GOLDRING, Luin (2002), The Mexican State and Transmigrant Organizations: negotiating the boundaries of membership and participation. In: Latin American Research Review, v. 37, N. 3, p. 55-99.
- GONZALEZ, Gilbert G.; FERNANDEZ, Raul (2002), "Empire and the Origins of Twentieth-century migration from Mexico to the United States". *Pacific Historical Review*, 71 (1): 19-41.
- GUTIÉRREZ, Carlos González (1999), Fostering Identities: Mexico's relations with its diaspora. *The Journal of American History*, v. 86, Issue 2.
- HELD, D. e MCGREW, A. (2002), *Globalization/Anti-Globalization*. London, Polity.
- HUNTINGTON, Samuel (2004), *The Hispanic Challenge*. <http://cyber.law.harvard.edu/blogs/gems/culturalagency1/SamuelHuntingtonTheHispanicC.pdf>. Consultado em 24/3/2007.
- KEARNEY, M. (1995), "The Local and the Global: The Anthropology of Globalization and Transnationalism". *Annual Review of Anthropology*, v. 24, pp. 547-565.
- LEIKEN, Robert S. (2002), "End of affair?" Immigration, security and the U.S.-Mexican Relationship. *The National Interest*. Winter.
- ØSTERGAARD-NIELSEN, E. (2001), "Transnational Politics and the Receiving State: Turks and Kurds in Germany and the Netherlands". *Global Networks*, v. 1, nº 3, pp. 261-281.
- PAZ, Octavio (1979), *El Laberinto de la Soledad*. México: Colección Popular, , p. 13; 16.

- PORTES, A. (1997), "Neoliberalism and the Sociology of Development: Emerging Trends and Unanticipated Facts". *Population and Development Review*, vol. 23, n° 2, pp. 229-259.
- SADER, Emir; JINKINGS, Ivana; MARTINS, Carlos Eduardo; NOBILE, Rodrigo (Coord) (2006), *Latinoamericana: Enciclopédia Contemporânea da América Latina e do Caribe*. São Paulo: Boitempo.
- SHAIN, Yossi (1999), The Mexican-American Diaspora's Impact on Mexico. *Political Science Quarterly*, v. 114, n. 4, Winter, p.661-691.
- SMITH, Peter (2000), *Talons of the Eagle*. Dynamics of U.S.-Latina American Relations. New York, Oxford: Oxford University Press.
- SOYSAL, Y. (2000), "Citizenship and Identity: Living in Diasporas in Post-war Europe?". *Ethnic and Racial Studies*, v. 23, n° 1.